

Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

## ACÓRDÃO Nº 227/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE nº 1922/2012 (65 vols.).**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Superintendência Municipal de Transportes Urbanos - SMTU.
- 4- **Exercício:** 2011.
- 5- **Responsável:** Sr. Marcos Antônio Cavalcante, Superintendente da Superintendência Municipal de Transportes Urbanos - SMTU.
- 6- **Unidade Técnica:** DICAMI – Informação nº 08/2014 (fls. 12904/12905)
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 7142/2013-MP-JBS, do Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas (fls. 12906/12924).
- 8- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Superintendência Municipal de Transportes Urbanos - SMTU. Exercício de 2011.

*Contas irregulares. Multa ao responsável. Prazo para recolhimento. Autorizada a cobrança executiva. Remessa ao MPE. Comunicação à PGM. Determinação, prazo e recomendação à Origem. Determinação à Comissão de Inspeção.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c art. 18, inciso II, da Lei complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Exmo. Sr. Auditor-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

**9.1- Julgar Irregular** a Prestação de Contas da Superintendência Municipal de Transportes Urbanos - SMTU, exercício de 2011, sob a responsabilidade do Sr. Marco Antônio Cavalcante, Superintendente da SMTU e Ordenador de Despesas, nos termos do inciso II do art. 1º e das alíneas “b” do inciso III do art. 22, todos da Lei 2.423/96, em decorrência de grave infração à norma legal, considerando as irregularidades ( “1.1”, “2.1”, “4.1.a” e “4.1.b” do item 2 do Relatório desta Proposta de Voto);

**9.2- Aplicar ao Sr. Marco Antônio Cavalcante**, Superintendente da SMTU e Ordenador de Despesas, exercício de 2011, a **multa** prevista no inciso VI do art. 308 do RI/TCE-AM, **no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)**, com base no valor vigente à época (alínea “a” do inciso V do art. 308 do RI-TCE/AM, Res. 01/2009), em razão de grave infração à norma legal e regulamentar, conforme evidenciam as irregularidades “1.1”, “2.1”, “4.1.a” e “4.1.b (item 2 do Relatório desta Proposta de Voto);





**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 227/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**9.9- Recomendar**, nos termos do art. 188, §2º do Regimento Interno/TCE-AM, à SMTU que passe a dar ampla publicidade aos futuros Pregões, ainda que o valor seja inferior a R\$ 650.000,00, com base no inciso I do artigo 4º da Lei 10.520/2002, c/c inciso I do art. 9º do Regulamento 7.769/2005;

**9.10- Determinar** à próxima Comissão de Inspeção que, no momento da inspeção na SMTU, busque informações acerca da execução do disposto no art. 2º do Decreto 1.649/2012, c/c artigos 2º e 3º do Decreto 1283/2011, no sentido de explanar o andamento da arrecadação do montante de mais de R\$ 5.000.000,00, bem como da execução do sistema integrado de gestão inteligente de transporte – Sigit e da criação do Fundo Municipal de Transporte (questionamento 7.1);

**10- Ata:** 13ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 23 de abril de 2014.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Lúcio Alberto de Lima Albuquerque, Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**12.1- Auditor presente e Relator:** Alípio Reis Firmo Filho.

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro-Presidente

**ALÍPIO REIS FIRMO FILHO**  
Auditor-Relator

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Procurador-Geral